

Aldeia Primavera, 12 de novembro de 2017.

Ao/À

Procurador da República Ricardo Pael, Ministério Público Federal (MPF)

Procurador Mauro Curvo, Ministério Público Estadual (MPE)

Secretário Carlos Fávaro, Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA),  
Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA)

Superintendente Felisberto de Souza Cupudunepa Filho, Casa Civil do Estado do Mato  
Grosso, Superintendência de Assuntos Indígenas

Presidente Francklimberg Martins, Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

Presidente Suely Araújo, Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
(IBAMA)

Presidente Kátia Bogéa, Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional (IPHAN)

Nós, povos indígenas Rikbaktsa, Apiaká, Kayabi, Munduruku, Manoki, Myky, Nambikwara, Cinta Larga e Tapayuna (Kajkwakratxi); e as organizações que compõem a Rede Juruena Vivo<sup>1</sup>, reunidos durante o IV Festival Juruena Vivo, entre os dias 10 a 12 de novembro de 2017 na Aldeia Primavera, Terra Indígena Erikpatsa, município de Brasnorte-MT, entendemos como abusivo o número de empreendimentos de infraestrutura planejados para a região das bacias do Tapajós, Juruena e Teles Pires.

Estamos conscientes de que de todos os rios dessas bacias, dos mais exuberantes aos pequeninos córregos, encontram-se seriamente ameaçados por uma sequência de empreendimentos hidrelétricos que vão impedi-los de correrem livres. Essas usinas são planejadas visando atender apenas a interesses privados, sem levar em conta os impactos aos povos indígenas e tradicionais, desconsiderando as culturas ancestrais que dependem desses rios e desrespeitando a legislação.

Somente na bacia do rio Juruena, sabemos que existem pelo menos 125 empreendimentos inventariados, e esses empreendimentos geram impactos profundos e irreversíveis em nossas comunidades.

Como os modos de vida desses povos indígenas e tradicionais estão intrinsecamente conectados a todos os rios dessas bacias, temos a convicção de que os empreendimentos que abalem qualquer um desses rios vão afetar também a nossa sobrevivência física e cultural, destruindo nosso patrimônio imaterial e material, desrespeitando os direitos protegidos na Constituição de nosso país e em instrumentos internacionais.

Na medida em que o rio é agredido, os povos indígenas e tradicionais que com eles coexistem não podem mais continuar suas formas tradicionais de vida.

Esses empreendimentos são licenciados de forma inconsequente e cartorial pelo Estado, desconsiderando os impactos em cadeia que são gerados por essa quantidade de projetos.

---

<sup>1</sup> Organizações da Rede Juruena Vivo presentes no evento: Grupo Aacuarela, Associação de Moradores e Veranistas de Fontanillas, Associação Indígena Tapayuna (AIT), Associação Kolimace da Terra Indígena Pirineus de Souza, Comunidade Tibagi, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Mato Grosso (FEPOIMT), Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD), Fórum Teles Pires (FTP), Instituto Caracol, Instituto Centro de Vida (ICV), Núcleo de Educação Popular (NEP) Leigos e Religiosos do Sagrado Coração de Jesus - Brasil, Operação Amazônia Nativa (OPAN), The Nature Conservancy (TNC).

O direito dos povos indígenas e tradicionais de terem liberdade de decidir sobre tudo que afete suas vidas e seus territórios precisa ser respeitado e, para isso, um processo de consulta e consentimento deve ser garantido.

Estamos conscientes de que as violações a direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais ribeirinhas provocadas por esses empreendimentos aprofundam-se sobretudo pelo desrespeito ao direito de consulta e consentimento prévio, livre e informado previsto na Convenção 169 da OIT e na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

O empreendimento hidrelétrico da Sacre-14, no Rio Sacre, com várias ilegalidades no processo de licenciamento e, acima de tudo, a ausência de consulta aos povos indígenas atingidos, teve cancelada a audiência pública em razão da mobilização da Rede Juruena Vivo, com apoio do Ministério Público. Mesmo diante dessa mobilização, sabemos que até agora nenhuma providência está sendo tomada para observar o direito de consulta e consentimento.

Estamos atentos também ao caso da PCH Jesuíta, que seria a 9ª usina do alto Rio Juruena, que como no caso da Sacre-14, também ignora os graves impactos aos povos e territórios da bacia do Juruena. E, igualmente, não se justificaria de nenhum ponto de vista, seja socioambiental, seja econômico.

Denunciamos o caso da UHE Castanheira, de 140 MW, prevista para o Rio Arinos, cujo processo de licenciamento encontra-se avançado. Durante a visita de comunidades da bacia do Juruena à usina de Teles Pires, atendendo a um pedido feito no Estudo do Componente Indígena (ECI), foram relatadas à Rede Juruena Vivo sérias preocupações quanto aos impactos de empreendimentos como esse. Essa experiência revelou as contradições desse tipo de projeto, que não é viável sob nenhuma perspectiva. No caso de Castanheira, nem no aspecto econômico ou financeiro, ameaçando notadamente os povos Ribkbaktsa e Tapayuna - esse último sem ter considerada sua reivindicação territorial.

Preocupa também a Usina de Salto Augusto, planejada para o baixo curso do Rio Juruena, e os projetos minerários que estão em planejamento na região. Tratam-se de grandes empreendimentos que colocam em risco diretamente o povo Apiaká, indígenas isolados, uma terra indígena delimitada, um parque nacional e um parque estadual. Do mesmo modo, sabemos que já estão sendo realizados estudos técnicos e econômicos para a UHE Foz do Sacre, repetindo os mesmos erros dos licenciamentos anteriores, que tentam forjar a participação social e, em especial, a indígena. Se construída, será a primeira hidrelétrica do rio Papagaio, reconhecido internacionalmente como um dos lugares mais importantes para a conservação da biodiversidade no mundo, além de ser território ancestral de vários povos da bacia do Juruena.

A Rede Juruena Vivo denuncia veementemente o desrespeito aos diversos locais sagrados que ainda que não foram reconhecidos formalmente pelo Estado, mas que são parte da territorialidade indígena e, por isso, precisam ser levados em consideração.

Diante desse panorama de flagrantes injustiças e ameaças generalizadas, exigimos que o direito à participação da sociedade civil e o direito à consulta e consentimento prévio, livre e informado aos povos indígenas e tradicionais tornem-se parte integrante de todo e qualquer processo decisório sobre o futuro de todos os cursos d'água da bacia Juruena.

\* Este documento foi elaborado e aprovado pel(a/o)s participantes do IV Festival Juruena Vivo, cuja lista de presença encontra-se abaixo, com as respectivas assinaturas.